



CÂMARA MUNICIPAL DE MORA

**Acta n.º 05**

**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA**

**REALIZADA NO DIA OITO DE MARÇO**

**DE DOIS MIL E DEZASSETE.** -----

----- Aos **oito dias do mês de Março do ano de dois mil e dezasete**, na Sala de Sessões da **Câmara Municipal de Mora**, reuniu a **Câmara Municipal** sob a Presidência do **Senhor Presidente, Luis Simão Duarte de Matos**, encontrando-se presentes os Senhores Vereadores, **Marco Filipe Barreiros Pires, João Filipe Chaveiro Libório, Hugo de Sousa Marques Carreiras e Mafalda Isabel Carreiras Goulão Lopes**.-----

- **Período antes da Ordem do Dia:** Não houve assuntos presentes. -----

- **Aprovação da acta da reunião anterior:** Eram dez horas, o **Senhor Presidente, Luis Simão Duarte de Matos**, declarou aberta a reunião após o que foi **lida e assinada** a acta da reunião anterior, que havia sido aprovada em minuta.--

- **Aprovação da Ordem de Trabalhos da presente reunião:** -----

- Seguidamente o **Senhor Presidente**, propôs a **Ordem de Trabalhos** anexa, a qual foi **aprovada por unanimidade**. -----

- Deu-se então início à discussão da **Ordem de Trabalhos**. -----

----- **Ponto um: EXPEDIENTE DA DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO:** -----

----- **Ponto um - um: ALTERAÇÃO POR ADAPTAÇÃO DO PDM DE MORA**

**AO POAG:** Presente informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** informando que como é do conhecimento superior, a Lei 31/2014 de 30/05, que constitui a **Lei de Bases da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBPPSOTU)**, juntamente com o revisto **Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT)**, aprovado pelo Decreto-Lei 80/2015 de 14/05, consagram o quadro do ordenamento do território nacional,

estabelecendo, nomeadamente, a obrigatoriedade dos instrumentos de gestão territorial - o caso do **PDM** e outros planos territoriais de âmbito municipal - se adaptarem ao mesmo. -----

No que respeita em concreto à **LBPPSOTU**, esta consagra expressamente no n.º 4 do artigo 46.º, em articulação com o n.º 1 do artigo 78.º, conjugados com o artigo 198.º do RJIGT, que os conteúdos dos Planos Especiais de Ordenamento do Território (PEOT) em vigor devem ser vertidos para o PDM até 29 de junho de 2017. Decorre do incumprimento desta norma a suspensão de parte do PDM, não podendo assim ocorrer no concelho quaisquer atos que impliquem a alteração do uso do solo (n.º 5 do artigo 46.º da **LBPPSOTU**). O Município vê ainda vedada a possibilidade de poder aceder a financiamentos e candidaturas nacionais ou Comunitários (n.º 6 do artigo 46.º). -----

Face a este contexto e considerando da existência de um plano especial no concelho, isto é, o **Plano de Ordenamento da Albufeira do Gameiro (POAG)**, aprovado pelo Despacho Conjunto (DR II série, n.º 192, de 17/08/1993), é necessário promover o procedimento necessário conducente a verter os conteúdos do **POAG no PDM de Mora**. Esse procedimento consiste numa alteração por adaptação, de acordo com o previsto no artigo 121.º do RJIGT, pelo que se submete a decisão da sua elaboração a deliberação de Câmara. -----

A **Câmara Municipal** de harmonia com a presente proposta deliberou por unanimidade proceder à **Alteração por Adaptação do PDM de Mora ao POAG**. ---

----- **Ponto um - dois: EMISSÃO DE CERTIDÃO - ISENÇÃO DE LICENÇA DE UTILIZAÇÃO:** Presente informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** informando que foi apresentado requerimento por **Lúcia Maria Rio Nogueira Pinto**, a solicitar a emissão de uma certidão comprovativa de que não era exigí-

vel a licença de utilização à data de construção dos prédios situados na Quinta Seca - Boavista, descritos na Conservatória do Registo Predial de Mora sob o n.º 990 da freguesia de Mora, inscritos na matriz predial urbana sob os artigos n.º 2615, 2616 e 2617 da mesma freguesia, com as áreas de terreno, de implantação e de construção de 61,65 m2, 98,55 m2 e de 89,24 m2, respetivamente. -----

O local está atualmente inserido no perímetro urbano da sede de concelho, mas tal não se verificava antes do Plano Diretor Municipal vigente, publicado em 8/2/2008. Assim, e antes desta data, o local estaria fora do perímetro urbano e das zonas rurais de proteção fixadas para a sede de concelho. Como tal, para a emissão da certidão requerida é necessário comprovar-se que os imóveis foram construídos, e eventualmente ampliados, em data anterior a 29/06/87, em conformidade com o previsto na alínea b) do n.º 2 do artigo 4.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização. -----

Analisados os elementos entregues, verificou-se que os prédios são provenientes dos artigos 405, 406 e 409. Nessas circunstâncias, foi solicitada a colaboração do Serviço de Finanças de Mora, no sentido de indicar a data de inscrição e áreas desses prédios de origem, bem como os factos que estiveram na origem da atribuição de novos artigos. A informação prestada foi a de que os artigos de origem já estariam inscritos na década de 1930, possuindo, no entanto, áreas inferiores às atuais (artigo 405: 36 m2, artigo 406: 36 m2 e artigo 409: 44,64 m2). Para além disso, informou que, em 23/11/1998, o então proprietário "UCP, a luta é de todos" apresentou documento modelo 129 declarando a ampliação dos três prédios. Posteriormente, já em 2015, foi apresentado modelo 1 de IMI, com vista à correção de áreas, por existir divergência entre as áreas constantes

da matriz e as áreas reais.-----

Com base nos factos transmitidos, não foi possível comprovar que as eventuais ampliações tivessem ocorrido em data anterior a 29/06/87, pelo que foi solicitado que a requerente apresentasse elementos comprovativos das operações urbanísticas realizadas e respetivas datas. Como resposta, foi submetido o atestado em anexo à presente informação, emitido pela Junta de Freguesia de Mora, que certifica, com base em declarações prestadas por duas testemunhas, que os imóveis foram construídos antes de 29/06/1987.-----

Sendo assim, e com base no atestado apresentado, afigura-se que os imóveis tenham sido edificados em data anterior à da entrada em vigor do Plano Diretor Municipal, cuja ratificação é de 29/06/1987, situando-se fora do perímetro urbano e das zonas rurais de proteção fixadas para a sede de concelho e não existindo prova de qualquer deliberação municipal que tornasse extensivo o regime de licenciamento introduzido pelo RGEU àquele local. Assim, em conformidade com o artigo 4.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização, não seria obrigatório o licenciamento municipal e a respetiva licença de utilização à data da sua construção, pelo que se submete a decisão o deferimento da pretensão.-----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade emitir parecer favorável, deferindo o pedido, de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**.

----- **Ponto dois: EXPEDIENTE DA UNIDADE DE ACÇÃO SÓCIO CULTURAL:** -----

----- **Ponto três: EXPEDIENTE DA DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO:** ----

----- **Ponto três - um: RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA:** Foi presente o **Resumo Diário de Tesouraria** com data de ontem, o qual acusa o saldo em

**Dotações Orçamentais** no valor de 1.739.274,87 €, um milhão setecentos e trinta e nove mil duzentos e setenta e quatro euros e oitenta e sete cêntimos, e **Dotações não Orçamentais** no valor de 36.366,81€, trinta e seis mil trezentos e sessenta e seis euros e oitenta e um cêntimos. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento. -----

----- **Ponto três - dois: MAPA DE PAGAMENTOS AUTORIZADOS:** Presente mapa de pagamentos autorizados nos termos da alínea g) do artigo trinta e cinco da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro, no valor de 5.062,35€, cinco mil e sessenta e dois euros e trinta e cinco cêntimos. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento. -----

----- **Ponto três - três: MAPA DE FACTURAS:** Presente informação da **Divisão Administrativa e Financeira** enviando para deliberação o **Mapa de Faturas**. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade autorizar o pagamento das faturas constantes no mapa de pagamentos anexo à presente informação no valor de 63.822,46 €, sessenta e três mil, oitocentos e vinte e dois euros e quarenta e seis cêntimos. -----

----- **Ponto três - quatro: DEVOLUÇÃO DE VERBA AO INSTITUTO DA MOBILIDADE E DOS TRANSPORTES, I.P.:** Presente informação da **Divisão Administrativa e Financeira** informando que no ano de 2016 foi transferido para o **Município de Mora** do **IMT - Instituto da Mobilidade e Transportes, I.P.**, o valor de 10.392,00€, dez mil trezentos e noventa e dois euros de modo a apoiar as ações de capacitação ou estudos **SPTP**. -----

Como o **Município de Mora** não irá desenvolver qualquer projeto nesta área,

propõe-se a devolução da referida importância ao **IMT - Instituto de Mobilidade e Transportes, I.P.** ..-----

A **Câmara Municipal** manifestou o seu acordo com a proposta apresentada pela **Divisão Administrativa e Financeira**, tendo deliberado por unanimidade devolver a referida importância ao **IMT - Instituto de Mobilidade e Transportes, I.P.** ..-----

----- **Ponto quatro: EXPEDIENTE DA UNIDADE DE SERVIÇOS URBANOS E AMBIENTE:** ..-----

----- **Ponto cinco: EXPEDIENTE DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL:** ..-----

----- **Ponto cinco - um: DESPACHOS DO SENHOR PRESIDENTE:** A **Câmara Municipal** tomou conhecimento dos seguintes **despachos** do **Senhor Presidente**:-----

- **Em que nomeou**, para o cargo de fiscalização de obra, e cumulativamente para o cargo de coordenação de segurança em obra, referente à **empreitada "Construção do Miradouro de Mora"**, o funcionário desta **Autarquia**, **João Miguel Caramujo Ramos Endrenço**, Engenheiro Civil. -----

- **Em que determinou, adjudicar** à firma **Dinâmicalegre - Higiene e Limpeza, Lda.**, a **Prestação de Serviços de Limpeza no Fluvial de Mora e no Núcleo Regional do Megalitismo de Mora**, pelo valor de **31.500,00 €**, mais IVA, por apresentar uma proposta vantajosa, com base nos critérios de adjudicação estabelecidos. -----

**Mais determinou aprovar** a **minuta do contrato**, do presente procedimento nos termos da proposta apresentada. -----

- **Em que determinou**, usando dos poderes que lhe confere a alínea a) do n.º 2 do artigo 35 da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, autorizar a mobilidade na

categoria da funcionária **Daniela Patrícia Basílio Serrão** do **Município de Mora** para a **CI-AMAL**, a partir de 1 de abril de 2017. -----

- **Em que determinou**, que o prazo para apresentação das propostas, referente ao procedimento tipo **Concurso Público** para "**Aquisição de Aspirador Urbano Eléctrico**", seja **prorrogado** pelo período de **15 dias, (consecutivos)**.-----

- **Em que determinou**, abrir procedimento tipo **Ajuste Direto** para execução da "**Empreitada de Regularização do Pavimento do Salão de Festas de Brotas**", nos termos do artigo 36º. do Decreto-Lei número 18/2008, de vinte nove de Janeiro, na sua última redação, pelo prazo de 8 dias em conformidade com o **Caderno de Encargos, Programa de Concurso e Convite**. -----

**Mais determino** que seja consultada a seguinte empresa: -----

**J.A.V. - Materiais de Construção, Lda.**. -----

**Determino também aprovar** as peças do procedimento (convite, caderno de encargos, e projecto de arquitectura). -----

O valor base do procedimento é de 6.700,00€. -----

----- **Ponto cinco - dois: PROCESSO DISCIPLINAR Nº. 1/2016:** Presente informação do **Senhor Presidente** informando que para efeitos de decisão de aplicação de sanção disciplinar referente ao processo disciplinar nº. 1/2016, remete o mesmo acompanhado do relatório final da Instrutora, no cumprimento do disposto no nº. 3 do artigo 219º. da **Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas**, anexo à Lei 35/2014, de 20 de junho e para efeitos do nº. 4 do artigo 197º. e 220, todos da Lei supra referida. -----

O **Relatório Final** foi concluso aos presentes juntamente com todo o processo nº. 1/2016, tendo estes, após a análise do processo anteriormente identificado deliberado por escrutínio secreto concordar por unanimidade com as conclusões

do relatório final da Instrutora, decidindo também por unanimidade que: -----

**1º** - Que seja aplicada ao arguido António Joaquim Garcia Fernandes a pena de suspensão de 20 dias, na medida em que foram dados como provados os factos descritos na acusação, concretamente o desrespeito ao superior hierárquico e ao colega de trabalho, a ausência do serviço no horário normal de expediente, sem prévio conhecimento e autorização do respectivo superior hierárquico e a comparência ao serviço em estado de embriaguez. Na presente decisão de pena foram ponderados, não obstante as circunstâncias agravantes enunciadas no n.º VI do presente relatório, os critérios enunciados no artigo 189º da LGTFP, nomeadamente o grau de culpa, a sua personalidade, as circunstâncias em que as infracção foram cometidas e o facto de não constar no registo disciplinar do arguido quaisquer infracções; -----

**2º** - Que da decisão do presente processo sejam notificados o arguido, a instrutora, os participantes, nos termos dos n.ºs 1 e 3 do artigo 222º da LGTFP; -----

**3º** - Que, sem prejuízo dos prazos previstos nos artigos 224º e 225º do Estatuto Disciplinar, o processo seja remetido ao serviço encarregue do seu arquivamento. -----

----- **Ponto cinco - três: CEDÊNCIA DE TRANSPORTE:** Presente informação do Senhor Presidente da Câmara informando que dando cumprimento ao estipulado no Regulamento de Cedência de Veículos de Passageiros do Município de Mora, propõe ao Executivo Municipal a aprovação da cedência de transporte às seguintes Instituições: -----

- **Paróquia de Mora**, no dia 11 de Março, para uma deslocação a Évora; -----

- **Grupo de Cantares da Santa Casa da Misericórdia de Pavia**, nos dias 2 de Abril e 8 de Julho, para atuarem em S. João da Talha e no Feijó; -----



- **Grupo de Cantares de Cabeção**, no dia 8 de Julho, para uma atuação ao Feijó; -----

- **Grupo de Cantares Alentejanos de Brotas**, no próximo dia 2 de Abril, para uma atuação a S. João da Talha; -----

- **Centro Social e Paroquial Nossa Senhora da Graça**, no próximo dia 13 de Maio, para o seu grupo de peregrinos regressar de Fátima; -----

- **Futsal Clube de Mora**, no próximo dia 12 de Março, para transporte da sua equipa de Iniciados e familiares, na Final da Taça Distrital de Évora em Futsal.

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade aprovar a cedência de transporte às Instituições acima referidas. -----

----- **Ponto cinco - quatro: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM**

**REGIME DE AVENÇA - ENGENHARIA DO AMBIENTE:** Presente informação

do **Senhor Presidente da Câmara** informando que a Lei 35/2014, de 20 de junho (Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas), na sua redação atual, dispõe no seu artigo 32º que podem ser celebrados contratos de tarefa ou avença.-

Por sua vez, a Lei que aprova o orçamento de Estado para o ano de 2017 (Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, adiante designada por LOE), no seguimento das diretrizes já adotadas em Orçamentos de Estado dos anos anteriores, veio introduzir um conjunto de medidas com vista a reduzir os encargos do estado e das entidades públicas em geral. -----

Entre outros, institui-se o procedimento de emissão de parecer prévio vinculativo obrigatório sobre os contratos de aquisição de serviços, designadamente nas modalidades de tarefa e avença, e bem assim naqueles cujo objeto seja consultoria técnica. -----

No que respeita às autarquias locais, veio referir-se, no n.º 7 do artigo 51º da

LOE, que a celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços carece de parecer prévio vinculativo do órgão de governo próprio da autarquia local, portanto, o órgão executivo.-----

Obrigação reiterada pelo n.º 1 do artigo 3.º, ambos da Portaria 149/2015, de 26 de maio, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio favorável e da autorização, previstos no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, na atual redação. -----

Nesse sentido, e por o atrás exposto, e considerando que existe verba disponível em orçamento bem como o cumprimento dos requisitos legais e financeiros definidos, submeto   consideração da **Câmara Municipal** o seguinte: -----

- A funcionária **Daniela Patricia Basílio Serrão** aceitou o pedido de mobilidade na categoria, solicitado pela **CI-AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve**, a partir de 1 de abril de 2017, tornando-se necessário recorrer a uma prestação de serviços externa, uma vez que não existem recursos internos próprios para a prosseca  o das tarefas executadas pela referida funcionária. Desta forma propõe-se a emissão de parecer prévio, nos termos da legislação atrás definida, da Câmara Municipal para a contratação de prestação de serviços, em regime de avença, pelo período de 2 meses, pelo valor de **1.915,97  mensais** (com Iva incluído). Com efeito, tratando-se de um parecer prévio à abertura do procedimento, o cumprimento dos pressupostos são garantidos e salvaguardados no âmbito do procedimento de contratação pública. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade emitir parecer prévio favorável para a prestação de serviços acima referido, dada a inexistência de recursos internos próprios para desenvolver estes trabalhos, nos termos da presente informação. -----

----- **Ponto seis: INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** Não houve público presente.

----- **Ponto sete: APROVAÇÃO DA MINUTA DA ACTA DA PRESENTE**

**REUNIÃO:** Aprovada por unanimidade. -----

----- **ENCERRAMENTO:** E não havendo mais nada a tratar, o **Senhor Presidente** declarou encerrada a reunião, eram onze horas e trinta minutos, de tudo para constar se lavrou a presente acta. -----

E eu, Assistente Técnica exercen-  
do funções na **Divisão Administrativa/Financeira**, para o efeito designada por  
deliberação tomada em reunião ordinária da **Câmara Municipal de Mora**, reali-  
zada no dia seis de Novembro de dois mil e treze, a lavrei, subscrevo e assino.-

